



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE BACHARELADO EM ENFERMAGEM

LUIS AUGUSTO DAMASCENO BATISTA

**O PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM COMO ELO ENTRE O USO DE
PREPARAÇÕES MEDICINAIS TRADICIONAIS E A ATENÇÃO PRIMÁRIA EM
SAÚDE: uma revisão integrativa**

PICOS

2022

LUIS AUGUSTO DAMASCENO BATISTA

**O PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM COMO ELO ENTRE O USO DE
PREPARAÇÕES MEDICINAIS TRADICIONAIS E A ATENÇÃO PRIMÁRIA EM
SAÚDE: uma revisão integrativa**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade Federal do Piauí, *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros no período de 2022.1, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Enfermagem.

Orientador: Prof. Dr. Italo Rossi Roseno Martins

PICOS

2022

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

B333p Batista, Luis Augusto Damasceno
O profissional de enfermagem como elo entre o uso de preparações
medicinais tradicionais e a atenção primária em saúde : uma revisão
integrativa / Luis Augusto Damasceno Batista -- 2022.
Texto digitado
Indexado no catálogo *online* da biblioteca José Albano de Macêdo-
CSHNB
Aberto a pesquisadores, com restrições da Biblioteca
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal
do Piauí, Bacharelado em Enfermagem, Picos, 2022.
"Orientador : Dr. Italo Rossi Roseno Martins"

1. Plantas medicinais. 2. Atenção primária - saúde. 3. Enfermeiro –
assistência a saúde. I. Martins, Italo Rossi Roseno. II. Título.

CDD 581.634



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
 Rua Cicero Eduardo s/n – Bairro Junco. 64.600-000 – Picos-PI
 Chefia do Curso de Graduação em Enfermagem – Fone 89 3422-1021

ATA DE APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM DO CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS/UFPI

Aos 14 dias do mês de outubro de 2022, às 09:00 horas, em sessão presencial, reuniu-se a Banca Examinadora, formalmente convidada para apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso do discente **Luis Augusto Damasceno Batista**, que apresentou o trabalho intitulado “**O profissional de enfermagem como elo entre o uso de preparações medicinais tradicionais e a atenção primária em saúde**”, sob a orientação do professor Dr. Italo Rossi Roseno Martins. A referida Banca esteve constituída pelos seguintes examinadores: Profa. Dra. Cinara Maria Feitosa Beleza e Profa. Ma. Joedna Cavalcante Pereira. O presidente da Banca Examinadora, professor Dr. Italo Rossi Roseno Martins, iniciou a sessão, passando a palavra para o discente, que expôs seu trabalho em vinte minutos. A seguir, passou a palavra para os examinadores, para comentários e arguições. Cada examinador dispôs de dez minutos, para a arguição e para as respostas do discente. Encerrados os trabalhos de arguição, os examinadores deram seus pareceres, que foram consolidados e apresentados através da nota final. Em face dos referidos pareceres, o discente foi considerado **APROVADO** no Trabalho de Conclusão de Curso e eu, na qualidade de presidente da Banca Examinadora, lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos examinadores e pelo orientando.

Picos/PI, 14 de outubro de 2022.

Assinaturas:

Italo Rossi Roseno Martins

Joedna Cavalcante Pereira

Cinara Maria Feitosa Beleza

Luis Augusto Damasceno Batista

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado força, sabedoria e colocar pessoas na minha vida que me ajudaram e que sei que posso contar.

Agradeço a meus pais por sempre me apoiar e incentivar em todas as minhas escolhas, e fazer o seu melhor por mim, a minha irmã Júlia que sempre esteve presente em todos os momentos torcendo e me apoiando. A minha esposa que é meu porto seguro e sempre está presente me ajudando de todas as formas, me aconselhando e tornando tudo mais tranquilo e agradável.

Aos meus familiares em especial a Tia Deci, Tia Suely, Tia Suzi, minha sogra Ana, minhas avós Maria e Tereza e meu avô Afonso, a minhas primas Gabi, Daniele, Ester e Isabelly. A meu amigo José Alexandre e minha tia Suzana que faleceram durante o curso, mas foram muito importantes e sempre serão lembrados. Toda forma de apoio foi crucial durante a graduação.

Agradeço aos professores que tive oportunidade de conhecer, que transferiram conhecimentos valiosos para construção do profissional que serei. Desses, quero dar destaque a Mayla Guimarães, Luis Eduardo, Ana Roberta, Priscila Mendes, Cinara Feitosa, Aika Barros e Lany Campelo.

Gratidão ao meu orientador Ítalo Martins que foi fundamental desde a minha participação na Liga de Farmacologia e aceitou o desafio deste trabalho, pela paciência, dedicação e por acreditar na minha capacidade.

Aos amigos que fiz durante a graduação e levarei para vida, Jonathas, Matheus, Daniel, Luis Davi, Pedro, Ione, Gustavo, Aucrislande e Luis Eduardo que me fizeram enxergar que quando temos amigos a caminhada se torna mais leve.

RESUMO

Introdução: O uso de plantas medicinais é fundamental para humanidade desde os primórdios, tendo um papel na vida de diversas comunidades que não tem acesso a medicamentos industrializados. Devido ao largo emprego de plantas medicinais a fim de promover saúde, é necessário avaliar o atual cenário de pesquisas sobre a temática em questão, para posteriores aplicações de educação em saúde. Diante disso este trabalho objetiva conhecer o papel do profissional de enfermagem no âmbito da Atenção Primária à Saúde como um elo entre o uso das plantas medicinais e os medicamentos alopáticos. **Metodologia:** Trata-se uma revisão integrativa de literatura, sendo iniciada na determinação do tema e formulação da questão norteadora, através da estratégia PICO. Além disso, definiu-se os descritores controlados através do DECS (“enfermeiro”, “atenção primária a saúde” e “plantas medicinais”) e *MeSH* (“*nurses*”, “*primary health care*” e “*medicinal plant*”), adicionando o operador booleano AND nas bases PubMed, SciELO, LILACS, MEDLINE (BVS) e Banco de Dados em Enfermagem (BDENF). Também se utilizou critérios de inclusão e exclusão para refinamento dos resultados, além de análise dos dados descritivamente. **Resultados:** A investigação por documentos resultou inicialmente na obtenção de 25 artigos, restando, por fim, 09 para perfazer os resultados. O público atendido na atenção primária à saúde é, em sua maioria, formado por indivíduos de baixa renda e escolaridade, conseqüentemente, sem acesso a informações científicas, sendo guiados por tradições populares, inclusive no que diz respeito ao uso de plantas medicinais, que podem ser feitos erroneamente, gerando riscos potenciais. Nesse sentido, os profissionais de enfermagem devem ter formação adequada no sentido de respeitar as tradições populares da comunidade, mas estando preparado para desmistificar o uso das plantas medicinais, avaliar potenciais danos e garantir o sucesso terapêutico e segurança dos pacientes assistidos. Os trabalhos indicaram desinformação por parte dos enfermeiros, a qual se dá desde quando o profissional não possui conhecimentos básicos, pela ausência de formação adequada durante a graduação ou após a atuação profissional, até dados a respeito das políticas públicas em saúde, justificando-se pela falta de educação permanente dos mesmos. Para que haja implantação efetiva de políticas de plantas medicinais nos municípios é importante não só divulgar a iniciativa, mas a comunidade e os gestores precisam estar dispostos a apoiar a causa. **Conclusão:** Diante do exposto, é possível verificar que o uso de plantas medicinais poderia ter um proveito mais adequado e aprimorar a saúde de vários grupos populacionais, no sentido de interações e toxicidade, sendo o enfermeiro responsável por orientar no âmbito da atenção primária em saúde, porém para que isso aconteça é necessária colaboração da classe, da população e do poder público.

Palavras-chave: Enfermeiro; Atenção Primária a Saúde; Plantas medicinais.

ABSTRACT

Introduction: The use of medicinal plants has been fundamental to humanity since the beginning, playing a role in the lives of several communities that do not have access to industrialized medications. Due to the wide use of medicinal plants in order to promote health, it is necessary to evaluate the current scenario of research on the subject in question, for later applications of health education. Therefore, this work aims to know the role of the nursing professional in the scope of Primary Health Care as a link between the use of medicinal plants and allopathic medicines. **Methodology:** This is an integrative literature review, starting with the determination of the theme and formulation of the guiding question, through the PICO strategy. In addition, the controlled descriptors were defined through the DECs (“enfermeiro”, “atenção primária a saúde” e “plantas medicinais”) and *MeSH* (“nurses”, “primary health care” e “medicinal plant”), adding the boolean operator AND in the bases PubMed, SciELO, LILACS, MEDLINE (BVS) and nursing database (BDENF). Inclusion and exclusion criteria were also used to refine the results, in addition to descriptive data analysis. **Results:** The investigation by documents initially resulted in obtaining 25 articles, leaving, finally, 09 to complete the results. The public served in primary health care is, for the most part, formed by individuals with low income and education, consequently, without access to scientific information, being guided by popular traditions, including with regard to the use of medicinal plants, which can be done wrongly, creating potential risks. In this sense, nursing professionals must have adequate training in order to respect the popular traditions of the community, but be prepared to demystify the use of medicinal plants, assess potential damages and ensure therapeutic success and safety of assisted patients. The studies indicated misinformation on the part of nurses, which occurs from when the professional does not have basic knowledge, due to the lack of adequate training during graduation or after professional practice, to data regarding public health policies, justified by the lack of continuing education for them. In order for there to be an effective implementation of medicinal plant policies in the municipalities, it is important not only to publicize the initiative, but the community and managers must be willing to support the cause. **Conclusion:** Given the above, it is possible to verify that the use of medicinal plants could have a more adequate benefit and improve the health of several population groups, in the sense of interactions and toxicity, with the nurse being responsible for guiding in the scope of primary health care, however for this to happen, collaboration of the class, the population and the public power is necessary.

Keywords: Nurses; Primary Health Care; Medicinal plant.

LISTA DE ABREVIATURAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APS	Atenção Primária a Saúde
BDENF	Banco de Dados em Enfermagem
DECS	Descritores em Ciência da Saúde
ESF	Estratégia de Saúde da Família
IBECS	Índice Bibliográfico Español de Ciencias de la Salud
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MESH	Medical Subject Headings
OMS	Organização Mundial da Saúde
PBP	Produtos à base de plantas
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica
PNPIC	Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares
PNPMF	Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos
RAS	Redes de Atenção à Saúde
RENAME	Relação Nacional de Medicamentos Essenciais
SUS	Sistema Único de Saúde
UFPI	Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 OBJETIVO	11
2.1 Geral.....	11
2.2 Específicos	11
3 REVISÃO DE LITERATURA	12
3.1 Conceitos e histórico das plantas medicinais no Brasil	12
3.2 A recomendação oficial das plantas medicinais no SUS.....	12
3.3 Plantas medicinais e seus possíveis efeitos deletérios	13
3.4 O uso das plantas medicinais na atuação profissional do enfermeiro na APS.....	14
4 METODOLOGIA	16
4.1 Tipo de estudo.....	16
4.2 Estratégia de busca.....	16
4.3 Critérios de elegibilidade	17
4.4 Análise dos dados	17
5 RESULTADOS	18
5.1 Buscas nas bases de dados	18
5.2 Caracterização dos estudos	18
6 DISCUSSÃO	23
7 CONCLUSÃO	26
REFERÊNCIAS	27

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade, é realizada a utilização de produtos naturais, em especial plantas, com finalidades terapêuticas. Utilizadas tanto na prevenção, tratamento e/ou cura das mais diversas enfermidades, inicialmente, eram relacionadas à um enfoque espiritual e místico, só depois foram correlacionadas a fatores externos, como ambiente e estilo de vida em que os indivíduos estavam inseridos (FIRMO et al., 2012).

No Brasil, as informações acerca das plantas medicinais vêm de uma miscigenação de conhecimentos, oriundos de indígenas, europeus e africanos. A principal razão pela qual a população é adepta a utilização de espécies vegetais para tratamento de doenças, é devido ao baixo custo em comparação aos medicamentos sintéticos, o que leva à redução de gastos com estes (BADKE et al., 2011).

Sabe-se que toda planta medicinal pode desenvolver algum efeito adverso, reações e interações com alimentos ou outros medicamentos. Há também fatores característicos ao paciente que podem influenciar diretamente no efeito desejado, e há uma preocupação com relação à identificação correta da espécie da planta, o que ocasiona superdosagens, ou até a não atividade terapêutica. Além disso, pode também comprometer a eficácia e garantia de tratamentos convencionais, e potencializar ou reduzir seu efeito (BALBINO; DIAS, 2010).

Com a consolidação da indústria farmacêutica e o emprego de novas tecnologias, muitos destes produtos de origem vegetal foram utilizados como substrato para a fabricação de medicamentos. Porém, ainda há utilização dos mesmos de forma menos processada, com base nas técnicas tradicionais, a saber produção de remédios caseiros, que corroboram com os saberes empíricos das práticas de saúde (GUIMARÃES et al., 2017).

O SUS oficialmente reconhece e recomenda o uso de plantas medicinais como alternativa terapêutica a partir do preconizado pela Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPIC), além do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Ambos visando assegurar aos brasileiros acesso seguro e a utilização racional de plantas medicinais e fitoterápicos (BRASIL, 2016), reforçando-se ainda mais o papel dos profissionais de saúde como um integrador entre os conhecimentos populares e técnicos.

Neste contexto ressalta-se a importância da avaliação minuciosa no momento do consumo de produtos naturais, uma vez que estes podem apresentar interação medicamentosa advinda da utilização de fármacos que, a depender do tipo e ação no organismo, poderão propiciar efeitos deletérios ao paciente, ao comprometer sua saúde e resultar no seu óbito (DIAS et al., 2017).

Por conseguinte, o profissional de enfermagem durante sua atuação na Atenção Primária à Saúde (APS) como coordenador da equipe de saúde e detentor de vínculo com a comunidade, quando realiza ações de prevenção e promoção à saúde, possui papel fundamental na disseminação de informações seguras à população, como no que diz respeito ao uso adequado de plantas medicinais (BARROS; PINTO, 2021) em associação ou substituição aos medicamentos alopáticos.

Diante do exposto, devido ao largo emprego de plantas medicinais a fim de promover saúde, é necessário avaliar o atual cenário de pesquisas sobre a temática em questão, para posteriores aplicações de educação em saúde. A respeito dos cuidados com as principais plantas medicinais usadas, partes utilizadas, proporções, indicações, riscos e interações entre as plantas e medicamentos, com o intuito de ser um canal de comunicação entre os saberes populares e os dados coletados na academia.

2 OBJETIVO

2.1 Geral

Conhecer o papel do profissional de enfermagem no âmbito da Atenção Primária à Saúde como um elo entre o uso das plantas medicinais e os medicamentos alopáticos.

2.2 Específicos

- Caracterizar o papel das plantas medicinais como parte do processo de cura atrelado à medicina popular;
- Identificar as principais plantas medicinais utilizadas pelos usuários da atenção básica em saúde;
- Conhecer a atuação do profissional de enfermagem junto aos conhecimentos medicinais populares.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Conceitos e histórico das plantas medicinais no Brasil

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define planta medicinal como "todo e qualquer vegetal que possui, em um ou mais órgãos, substâncias que podem ser utilizadas com fins terapêuticos ou que sejam precursores de fármacos semissintéticos" (OMS, 1998). De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) na Resolução nº 10, de 9 de março de 2010, que dispõe acerca de drogas vegetais, esta é designada como toda planta ou partes dela que contenham substâncias ou classes terapêuticas responsáveis por ação terapêutica (BRASIL, 2010).

Historicamente, as mesmas são citadas desde os períodos mais remotos da humanidade, passam pelo Papiro de Ébers, documento datado da época da XVIII Dinastia, no Egito, que apontam quase uma centena de enfermidades e diversas drogas advindas da fauna, flora e minérios, até o ano 372 a.C com Teofrasto (discípulo de Aristóteles) que registrou a utilização da espécie *Papaver somniferum*, na qual seria o princípio ativo da morfina (ARGENTA et al., 2011).

Ainda no fim do século XVIII iniciou-se o isolamento e determinação das estruturas dos constituintes ativos de produtos de procedência natural e medicinal, passando pelo século XIX, onde as terapias viáveis eram unicamente advindas de extratos vegetais e plantas medicinais, até quando, em meados do século XX, a tecnologia e os estudos inclinaram-se a isolar princípios ativos (BARROS; PINTO, 2021).

No Brasil, a utilização de plantas a fim de tratar doenças sofreu forte influência da cultura africana, com a vinda dos escravos para território brasileiro e, conseqüentemente de plantas originárias da África. Além da cultura indígena através do conhecimento dos pajés a respeito das ervas e usos das plantas, que foi aprimorado com a presença dos europeus, os quais absorveram tais informações e continuaram a difundir a manipulação das mesmas (MONTEIRO; BRANDELLI, 2017).

3.2 A recomendação oficial das plantas medicinais no SUS

Conhecimentos que outrora eram apenas oriundos de saberes empíricos e tradições de gerações mais antigas consolidaram-se, até que, em 2006, através do Decreto nº 5.813, criou-se a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), além da criação do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, em 2008, que formalizou diretrizes da política através da Portaria Interministerial nº 2.960/2008. Ambos visam assegurar aos

brasileiros acesso seguro e a utilização racional de plantas medicinais e fitoterápicos, viabilizando o emprego sustentável da biodiversidade existente, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional, bem como a valorização do conhecimento tradicional (BRASIL, 2016).

Além disso, instituiu-se a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) por meio da Portaria GM/MS nº 971, de 3 de maio de 2006, que visa aumentar a resolutividade dos serviços de saúde, que ocorre a partir da integração entre o modelo convencional de cuidados e um olhar e uma atuação mais ampliados, agindo de forma integrada e/ou complementar no diagnóstico, avaliação e cuidado (BRASIL, 2015).

A PNPIC pode estar presentes em todos os pontos da Rede de Atenção à Saúde (RAS), especialmente na APS, no Sistema Único de Saúde (SUS), contemplando, dentre outras, a área de plantas medicinais e fitoterapia para o tratamento de agravos à saúde, a fim de contribuir para o crescimento da prática terapêutica fitoterápica no país (BRASIL, 2006).

Nesse sentido, em 1975, por meio da publicação da Portaria nº 233 do Ministério da Previdência e Assistência Social, observou-se a necessidade de relacionar os medicamentos voltados aos agravos prevalentes e prioritários da Atenção Básica, oficializando-se a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), como instrumento para garantia do acesso à assistência farmacêutica e promoção do uso racional de medicamentos, sendo realizada periodicamente, objetivando cumprir papel estratégico nas políticas de saúde (BRASIL, 1975).

No que diz respeito da utilização de plantas medicinais, as mesmas foram inseridas na RENAME, como alcachofra (*Cynara scolymus* L.), aroeira (*Schinus terebinthifolius* Raddi), babosa (*Aloe vera* (L.) Burm. f.), espinheira-santa (*Maytenus ilicifolia* Mart. ex Reissek), hortelã (*Mentha x piperita* L.), salgueiro (*Salix alba* L.), dentre outras plantas com vasta distribuição no território brasileiro, denotando a importância da promoção do uso racional de medicamentos (BRASIL, 2022).

3.3 Plantas medicinais e seus possíveis efeitos deletérios

As plantas medicinais têm sido consumidas não apenas por indivíduos residentes de área rural ou de escolaridade mais baixa, mas também pela população mundial em consequência da busca por hábitos mais saudáveis de vida, como uma alternativa natural (SOUZA-MOREIRA; SALGADO; PIETRO, 2010). Além disso, elas são amplamente utilizadas por serem de baixo custo, fácil acesso, de conhecimento popular e por serem consideradas pela maioria de seus usuários, inofensivas, enquanto os medicamentos

industrializados são, geralmente, de custo maior que as plantas (ARGENTA et al., 2011; ZENI; BOSIO, 2011).

Porém, apesar de serem produtos, de fato, naturais e que possuem menos constituintes prejudiciais ao ser humano, eles não estão isentos de apresentarem efeitos colaterais ou reações adversas. Uma vez que, algumas destas possuem substâncias potencialmente nocivas ao organismo humano, como efeitos teratogênicos e abortivos, reforçando a necessidade de orientação por parte de profissionais de saúde que possuem conhecimento comprovado na área, permitindo uma orientação segura ao paciente (RODRIGUES et al., 2011).

Assim, a utilização dessas substâncias pode gerar efeitos adversos seja pelo uso isolado, crônico ou em associação com medicamentos alopáticos ou, até mesmo, com outras plantas (MACHADO et al., 2014; ENIOUTINA et al., 2017). A segurança na utilização das mesmas depende diretamente do manejo adequado, por exemplo, através da identificação correta da planta, entendimento sobre qual parte deve ser usada, modo de preparo, maneira de uso, via de administração (oral, cutânea, etc) e dose adequada (COLET et al., 2015).

Desta maneira, pode ser observada ação antagônica e/ou interações medicamentosas no uso indiscriminado de plantas medicinais, gerando agravos à saúde, especialmente em populações vulneráveis, como idosos, crianças e gestantes, que possuem metabolismo diferente do adulto jovem, sem qualquer condição de risco à saúde previamente instaurada (PEDROSO; ANDRADE; PIRES, 2021).

3.4 O uso das plantas medicinais na atuação profissional do enfermeiro na APS

A APS é porta de entrada para os serviços do SUS, bem como o contato preferencial dos usuários com a saúde pública, por ser desenvolvida com alto grau de descentralização e capilaridade, propiciando a prevenção de doenças e agravos, o diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, manutenção da saúde e acessibilidade de forma singular e universal (BRASIL, 2012; NERY; BATISTA; SILVEIRA E SILVA, 2021).

A medicina tradicional no âmbito da rede pública de saúde no Brasil é observada nos mais diversos níveis de atenção à saúde do SUS, inclusive na APS, onde concentra-se 90% de sua utilização, sendo justificada pela garantia do princípio de integralidade, para que seja possível impulsionar alternativas naturais de recuperação, prevenção e promoção de saúde, bem como a autonomia dos usuários por escolher tratamentos complementares, tornando-se um sujeito ativo (SOUSA, 2021).

Nessa conjuntura, destaca-se a atribuição do enfermeiro, o qual além de exercer funções como supervisão, gerência, organização, planejamento, avaliação e desenvolvimento

de ações, prescrição de alguns medicamentos, consulta de enfermagem, educação em saúde para a equipe multidisciplinar e solicitação de exames complementares, é responsável por o acolhimento da população e acompanhamento, criando um vínculo com a comunidade, como destacado na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) (BRASIL, 2012).

Por ser um instrumento de multiplicação do saber, o profissional necessita conhecer a situação geral e realidade em que está inserido, objetivando o respeito a cultura local da comunidade, outrossim criar estratégias de promoção em saúde viáveis para difundir as informações necessárias, inclusive no tocante ao uso de plantas medicinais (NERY; BATISTA; SILVEIRA E SILVA, 2021; PASSOS, et al. 2017; SANTOS; TRINDADE, 2017).

Para tanto, a resolução COFEN nº 581/2018, em seu anexo, aponta a fitoterapia como especialidade do enfermeiro na área de abrangência que agrupa Saúde Coletiva, Saúde da Criança e do adolescente, Saúde do adulto, saúde do Idoso e Urgências e Emergências, especificamente no que se refere a Enfermagem em práticas Integrativas e Complementares (COFEN, 2018).

Nesse contexto, o profissional de enfermagem deve atuar como uma ferramenta de junção entre os conhecimentos medicinais populares pré-existentes, a terapêutica moderna e as possibilidades de tratamento existentes no local e no momento do atendimento, identificando e orientando o paciente da melhor maneira possível. Para isso, é essencial que o profissional se atualize quanto às várias opções terapêuticas possíveis e da melhor forma de utilização das mesmas.

4 METODOLOGIA

4.1 Tipo de estudo

Trata-se uma revisão integrativa de literatura. Para isso, delimitou-se as seguintes etapas, sugeridas por Mendes, Silveira e Galvão (2008):

Identificação do tema e seleção da questão de pesquisa, onde os objetivos são definidos e organizados em ordem lógica, posterior identificação das palavras-chave e, por fim, ajuste do tema. Em segundo lugar, os de critérios para inclusão e exclusão de estudos foram estabelecidos, bem como as bases de dados utilizadas e seleção dos estudos. O terceiro passo refere-se à categorização dos estudos visando extrair as informações importantes, com consecutiva sumarização dos dados e formulação do banco de dados. A quarta posição concerne a avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa para aplicação de análises estatísticas, introdução e eliminação de estudos e análise crítica dos estudos eleitos. A quinta colocação diz respeito a interpretação dos resultados da discussão dos mesmos, propostas de recomendações e sugestões para futuras pesquisas. Como sexta e última etapa fez-se a apresentação da revisão e síntese do conhecimento com resumo das evidências disponíveis e criação de um documento que descreva a revisão detalhadamente.

4.2 Estratégia de busca

Determinou-se, como tema, a utilização de plantas medicinais no tratamento de doenças, a fim de responder à questão norteadora: “Qual o papel do profissional de enfermagem no manejo de plantas medicinais para fins terapêuticos no âmbito da atenção primária em saúde?”. Esta foi definida com auxílio da estratégia PVO, onde “P” corresponde à população (profissionais de enfermagem); “V” de variáveis (uso de plantas medicinais na atenção primária a saúde) e “O” ao desfecho (fins terapêuticos).

Utilizou-se os descritores controlados identificados nos Descritores em Ciência da Saúde (DECs) a saber, “enfermeiro”, “atenção primária a saúde” e “plantas medicinais”, e no *Medical Subject Headings (MeSH)* os termos “*nurses*”, “*primary health care*” e “*medicinal plant*”. A estratégia de busca foi efetuada através da combinação das palavras-chave utilizando-se o operador booleano *AND* nas bases de dados MEDLINE (PubMed), SciELO, Biblioteca Virtual de Saúde, nas bases de ciências da saúde Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Índice Bibliográfico Español de Ciencias de la Salud* (IBECS), MEDLINE (BVS) e Banco de Dados em Enfermagem (BDENF).

4.3 Critérios de elegibilidade

Foram incluídos artigos originais, cuja temática correspondeu ao objetivo do trabalho e à pergunta norteadora, publicados nos idiomas português, inglês ou espanhol, entre os anos de 2012 e 2022, e que estejam disponíveis na íntegra *online*. Excluíram-se teses, dissertações, monografias, artigos de revisão e que não atendiam aos critérios de inclusão anteriormente mencionados.

4.4 Análise dos dados

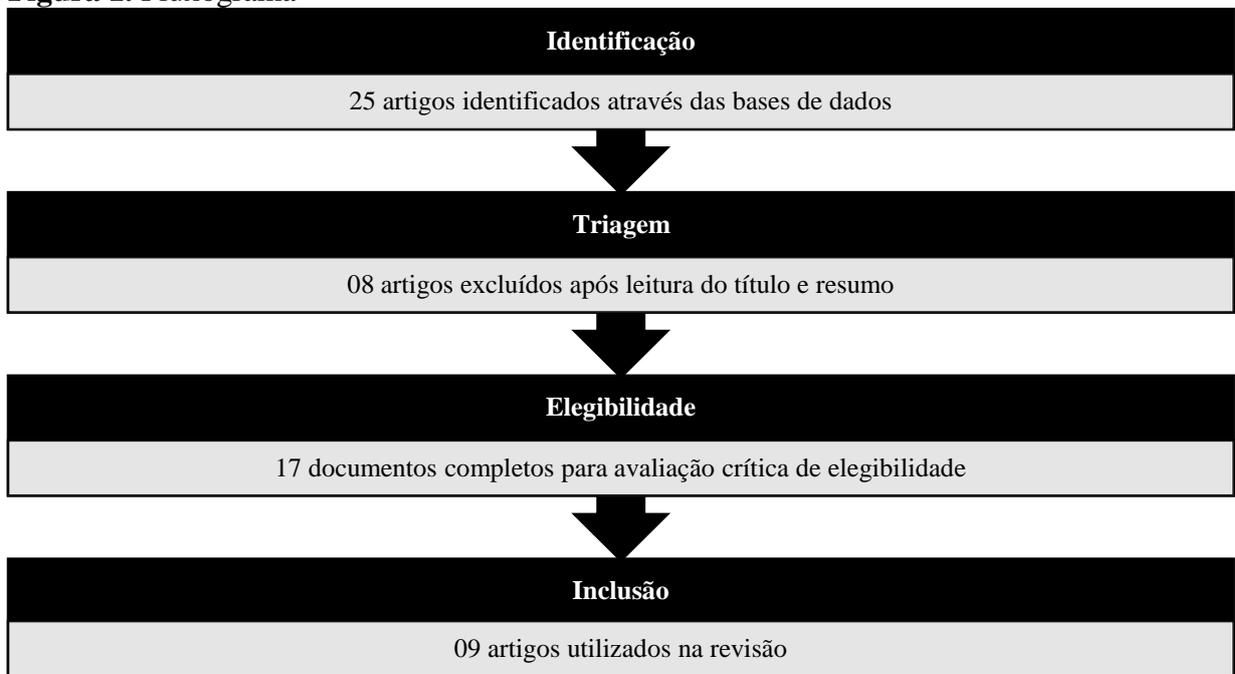
Realizou-se, de forma descritiva, a avaliação e apreciação dos dados, fazendo uso de um quadro, formulado pelo autor, objetivando condensar as informações contidas no mesmo para situar o leitor, comparar e organizar os dados, com tais elementos: título do artigo, ano de publicação, local de estudo, objetivo e intervenções utilizadas e principais resultados e conclusões.

5 RESULTADOS

5.1 Buscas nas bases de dados

A investigação por documentos para perfazer esta pesquisa está disposta na imagem 1, com base nos critérios de inclusão citados outrora, a qual resultou inicialmente na obtenção de 25 artigos, sendo 01 na Scielo, 05 na MEDLINE (PubMed) e 19 na BVS, com a aplicação dos descritores mencionados anteriormente. Foram excluídos 08 artigos por títulos e resumos não se adequarem à pergunta norteadora, e posteriormente selecionados 17 estudos para leitura na íntegra, uma vez que todos estavam disponíveis para leitura. Por fim, 11 foram excluídos por estarem duplicados, restando 09 para perfazer os resultados desta revisão.

Figura 1. Fluxograma



Fonte: Autoria própria (2022)

5.2 Caracterização dos estudos

A especificação dos estudos escolhidos segundo variáveis de interesse está retratada no quadro 1. Por se tratar de um trabalho que estuda uma das redes pertencentes ao SUS, espera-se que os trabalhos selecionados tenham sido realizados no Brasil, como, de fato, ocorreu, sendo 55,5% (n= 5) sucedidos na região Sul, 22,22% (n=2) no Sudeste, 11,11% (n=1) no Nordeste e no Norte do país, indicando a necessidade de pesquisas na área em outros estados e regiões, para avaliar melhor o panorama atual com profundidade.

Quadro 1. Caracterização dos estudos selecionados

Título	Autor(es)/ Ano de publicação	Local de estudo	Objetivo	Metodologia	Principais resultados e conclusões
O processo de trabalho dos enfermeiros da atenção primária e a PNPMF	Souza et al., 2016	21 municípios do Rio Grande do Sul	Conhecer o processo de trabalho dos enfermeiros da atenção primária em relação à PNPMF	Questionário autoadministrado para 21 enfermeiros com perguntas sobre a utilização da PNPMF na prática profissional e se recebem capacitações sobre a temática	Os enfermeiros em pauta apresentaram ter pouco conhecimento sobre o tema (22% participaram de alguma atividade de educação envolvendo a temática e 52,4% apontaram fazer uso e indicam plantas medicinais no cotidiano familiar)
Plantas medicinais e sua aplicabilidade na APS	Ceolin et al., 2017	10 municípios do Rio Grande do Sul	Investigar a percepção dos participantes de um curso de extensão sobre a aplicabilidade das plantas medicinais em sua atividade laboral	Entrevistas semiestruturadas autoaplicadas com profissionais de enfermagem (n=18), sobre perfil dos mesmos e as contribuições da formação para a prática	Os indivíduos pesquisados revelaram a importância de qualificação profissional e citaram estarem empregando os conhecimentos obtidos no decorrer do curso em consultas, visitas domiciliares, educação permanente com a equipe e com grupos de usuários do SUS
Uso de plantas medicinais por idosos da atenção primária	Szerwieski et al., 2017	Itaipulândia (PR)	Verificar o uso de plantas medicinais por idosos usuários da atenção primária	Aplicação de 252 questionários com idosos contendo informações sociodemográfica e questões referentes ao uso de plantas medicinais	Grande parte dos entrevistados faziam uso de plantas medicinais com finalidade terapêutica, mesmo sem embasamento científico e crendo no fato que estas não podem causar mal à saúde. Assim sendo, o enfermeiro foi explicitado como promotor de saúde e de saberes técnicos para incentivo de uso correto
Plantas medicinais e fitoterápicos na Atenção Primária em Saúde: percepção dos profissionais	Mattos et al., 2018	Blumenau (SC)	Identificar conhecimentos e práticas em relação à sugestão de uso de plantas medicinais e fitoterápicos pelos profissionais de saúde	Emprego de um questionário semiestruturado com profissionais de saúde, incluindo 40 enfermeiros atuantes na ESF.	Todos acreditam no efeito terapêutico de plantas medicinais, mas 5% não sugere os mesmos para os usuários

Cont. **Quadro 1.** Caracterização dos estudos selecionados

Título	Autor(es)/ Ano de publicação	Local de estudo	Objetivo	Metodologia	Principais resultados e conclusões
Uso de plantas medicinais e fitoterápicos: saberes e atos na APS	Goés; Silva; Castro, 2019	Benevides (PA)	Descrever conhecimentos e dificuldades na implantação de práticas assistências pelo uso de plantas medicinais e fitoterápicos por enfermeiros	Efetuar entrevistas com enfermeiros atuantes na zona urbana e rural da cidade (n=3)	O público relatou possuir conhecimento insuficiente na área, desconhecendo as políticas nesse sentido e apontando falhas no processo, como a ausência de educação permanente em saúde e carência da aplicação de políticas nessa perspectiva
Autoatenção em saúde rural: perspectiva de cuidado por mulheres agricultoras	Piriz et al., 2019	Pelotas (RS)	Conhecer as práticas de autoatenção em saúde de um grupo de mulheres rurais	Coleta de dados através de entrevista semiestruturada gravada sobre práticas de autoatenção, inclusive plantas medicinais	As mulheres pesquisadas citaram o uso de plantas medicinais como os “primeiros socorros caseiros”, evidenciando o largo emprego de produtos naturais e a necessidade dos enfermeiros se atentarem a esse aspecto buscando alternativas de repassar conhecimento científico considerando as singularidades do saber tradicional
Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em saúde: discursos dos enfermeiros da atenção básica	Soares et al., 2019	Cajazeiras (PB)	Analisar o discurso dos enfermeiros da Atenção Básica em relação à PNPIC de Saúde	Utilização de entrevista semiestruturada com 14 (quatorze) enfermeiros atuantes na ESF	Perceptível o desconhecimento dos profissionais quanto à PNPIC por falta de formação necessária, onde os mesmos incompreendiam até conceitos básicos, gerando, consequentemente, riscos à população
Impacto da Capacitação de Profissionais da Rede Pública de Saúde de São Paulo na Prática da Fitoterapia	Haraguchi et al., 2020	São Paulo capital e Guarulhos (SP)	Avaliar o impacto das edições de 2014 e 2015 do curso “Plantas Mediciniais e Fitoterapia” nas práticas profissionais.	Realização de questionário com 19 enfermeiros egressos do curso para verificar a repercussão dos conhecimentos obtidos no exercício da profissão	Houve aumento de 23% dos profissionais que passaram a prescrever plantas medicinais. 95% descreveram que após o curso sentiram-se mais preparados para isso

Cont. **Quadro 1.** Caracterização dos estudos selecionados

Título	Autor(es)/ Ano de publicação	Local de estudo	Objetivo	Metodologia	Principais resultados e conclusões
A fitoterapia na APS segundo os profissionais de saúde do Rio de Janeiro e do Programa Mais Médicos	Rodrigues; Campos; Siqueira, 2020	Rio de Janeiro (RJ)	Identificar como a fitoterapia, tem sido apropriada pelos profissionais que atuam na ESF no município do Rio de Janeiro, destacando os limites dessa utilização na perspectiva do direito à saúde integral	Aplicação de questionário fechado do tipo <i>survey</i> com diversos profissionais, inclusive enfermeiros (n=21)	Mais da metade indica ausência de conhecimentos na área, inclusive no que diz respeito a PNPMF e o Caderno de Atenção Básica, apesar de observar corriqueiramente o uso das mesmas quando nas visitas domiciliares

Fonte: Autoria própria (2022)

Apesar dos trabalhos ressaltarem a área de formação ser em enfermagem, alguns identificaram indivíduos com pós-graduação na área de APS. Soares et al. (2019) identificou que dos 14 profissionais, 10 apresentavam mais de 05 anos de formados, 08 menos de 05 anos de atuação na UBS, 01 era apenas graduado, enquanto os demais eram pós-graduados (especificamente 08 em saúde da família). Souza et al. (2016) apontou que 78% possuíam curso de pós-graduação em nível de especialização (61% em Saúde Pública e 5% com mestrado) 22% dos participantes da pesquisa participaram de alguma atividade de educação envolvendo a temática de plantas medicinais.

Os artigos encontrados revelam o fato da falta de informação do enfermeiro frente à temática em questão, onde Rodrigues, Campos e Siqueira (2020) apresentou 58,3% de profissionais que não fazem orientação do uso pela essa ausência das mesmas e também não conhecem a PNPMF, apesar de 75% fazerem uso próprio de plantas medicinais, bem como Mattos et al. (2018) relatou que 96,2% dos pesquisados acredita no efeito terapêutico das plantas, mas não prescrevem e Souza et al. (2016) indicou que 52,4% fazem uso e indicam no âmbito profissional.

Dos integrantes do estudo de Ceolin et al. (2017), 09 já haviam participado de cursos nessa temática, 24 não obtiveram esses conhecimentos durante a graduação, além de 15 do total citaram que tinham informações a esse respeito através da população a qual trabalha, demonstrando a necessidade de os mesmos buscarem dados científicos acerca da temática para sanar as dúvidas e evitar riscos à saúde da população.

Da mesma forma, Goés, Silva e Castro (2019) no norte do país em unidades de saúde de zona urbana e rural, levando em consideração a cultura local, é esperado que na região amazônica a utilização de plantas com finalidade terapêutica seja ampla por parte da população, e este fato reflete no desejável conhecimento prévio que profissionais de saúde devem ter visando prestar assistência adequada, o que não foi observado nos enfermeiros pesquisados, os quais relataram possuir conhecimento insuficiente na área.

O trabalho de Mattos et al. (2018) apresentou para os pesquisados uma lista contendo 12 plantas medicinais (Hortelã, Guaco, Babosa, Isoflavona, Alcachofra, Espinheira Santa, Cáscara Sagrada, Unha de Gato, Salgueiro, Plantago, Garra do Diabo e Aroeira) disponíveis na RENAME e constatou que 75% destas eram conhecidas por 41,4% dos profissionais de saúde, validando que, improvavelmente, estas seriam prescritas à população com os conhecimentos do momento. Além disso, 98,7% concordou com a decisão de implementar tal prática após capacitação acerca do tema.

No que concerne aos trabalhos que relataram aplicação de cursos para auxílio dos enfermeiros, observou-se resultados semelhantes, onde Haraguchi et al. (2019) citou que 95% dos participantes responderam que o curso contribuiu para a prática profissional na área de atuação e se sentiram mais preparados para orientar, recomendar e prescrever produtos à base de plantas (PBP) como *Matricaria chamomilla* (camomila), *Maytenus ilicifolia* (espinheira-santa) e *Valeriana officinalis* (valeriana).

Piriz et al. (2019) mencionou 91 plantas medicinais comumente utilizadas pelos residentes da comunidade em questão, porém destacou 5: Funcho (*Foeniculum vulgare* Mill.); Malva (*Malva parviflora* L.); Melissa (*Melissa officinalis* L.); Picão-branco (*Bidens alba* L.); e por fim, Tansagem (*Plantago major* L.). Souza et al. (2016) citou 40 espécies, enquanto Rodrigues, Campos e Siqueira (2020) descreveram que um dos participantes costuma prescrever o Guaco (*Mikania nomerata*).

Szerwieski et al. (2017) registrou 20 plantas medicinais mais utilizadas pelos idosos pesquisados (além de plantas anteriormente citadas, destacou-se o Boldo (*Plectranthus barbatus* Andr.), Alecrim (*Rosmarinus officinalis* L.), Arruda (*Ruta graveolens* L.), Losna (*Artemisia absinthium* L.), Marcela (*Achyrocline satureioides* (Lam.)), entre outros) e comparou o modo de uso referido pelos mesmos e o uso mencionado na literatura resultando em diferenças entre o conhecimento empírico e científico, corroborando para o fato de que, o enfermeiro surge nessa perspectiva como agente de mudança e correção de erros quanto ao uso, interação, parte utilizada, etc, objetivando o bem estar do paciente atendido na APS.

6 DISCUSSÃO

O público atendido na APS é, em sua maioria, formado por indivíduos de baixa renda e escolaridade, conseqüentemente, sem acesso a informações científicas, sendo guiados por tradições populares, inclusive no que diz respeito ao uso de plantas medicinais, geralmente feito erroneamente, gerando riscos àqueles que consomem (SZERWIESKI et al., 2017). Nesse sentido, os profissionais de enfermagem devem ter informações concernentes a temática para desmistificar o uso e tornar a população sensível à utilização das PICS com segurança (SOARES et al., 2019).

A partir dos achados na literatura percebeu-se que grande maioria dos enfermeiros pesquisados nos diversos trabalhos não apresentava conhecimento prévio na área, uma vez que essa escassez de informações pode ser explicada pela preferência dos profissionais pelo modelo biomédico, ceticismo e dúvida acerca do tema, ou pela carência de disciplinas específicas durante sua formação, pois finalizam a graduação sem segurança suficiente (GOÉS; SILVA; CASTRO, 2019; RODRIGUES; CAMPOS; SIQUEIRA, 2020; MATTOS et al., 2018).

Essa desinformação se dá desde quando o profissional não possui conhecimentos básicos (desconhecimento de plantas mais utilizadas e suas ações no organismo sadio e acometido por alguma patologia) até dados a respeito das políticas públicas em saúde, justificando-se pela falta de educação permanente dos mesmos, como citado na pesquisa de Soares et al. (2019), onde os entrevistados não possuíam fundamentos acerca da PNPIC, repercutindo negativamente na prática de cuidados à população.

Assim sendo, é imprescindível a capacitação de enfermeiros no que concerne a plantas medicinais nos cursos de graduação, pós-graduação, mas também no dia a dia de trabalho através de cursos de educação continuada, como, por exemplo, através do curso de extensão apontado no artigo de Ceolin et al., 2017, em que se ministrou a temática aos profissionais da área e os mesmos sentiram, após a finalização, segurança necessária para aplicar os conceitos na realidade da APS.

Semelhantemente, Haraguchi et al. (2020) avaliaram a percepção de profissionais de saúde, incluindo enfermeiros, participantes de um curso de extensão “Plantas Medicinais e Fitoterpia”, promovido pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, sobre produtos à base de plantas, colaborando para a solidificação de políticas nesse contexto, indicando repercussões positivas na prática em fitoterapia destes, possibilitando um melhor atendimento aos usuários da rede municipal de saúde de São Paulo e Guarulhos.

Dentre os achados por Mattos et al. (2018) identificou-se que a maior parte dos profissionais pesquisados consentem o uso de plantas medicinais e medicamentos alopáticos concomitantemente aos pacientes atendidos, mas contraindicam a substituição de um pelo outro em virtude da responsabilidade profissional frente a situação clínica do paciente, o que é baseado apenas em conhecimentos empíricos, uma vez que estes não possuíam formação aprofundada em plantas medicinais, denotando a inevitabilidade de aperfeiçoamento destes.

Reafirmando o que foi abordado em tópicos anteriores, alguns trabalhos discorreram sobre as possíveis interações entre plantas medicinais e medicamentos sintéticos e seus efeitos nocivos ao organismo, como o uso concomitante de *Hypericum perforatum* e sertralina, causando síndrome serotoninérgica, bem como a utilização de Daflon e Ginkgo biloba e as alterações na coagulação sanguínea (HARAGUCHI et al., 2020). Tais conhecimentos são cruciais para a prática profissional, uma vez que os enfermeiros podem auxiliar a população contra o risco dessas e de outras diversas interações, além de auxílio às equipes de saúde (GOÉS; SILVA; CASTRO, 2019; RODRIGUES; CAMPOS; SIQUEIRA, 2020).

Para que haja implantação efetiva de políticas de plantas medicinais nos municípios é importante não só divulgar a iniciativa, mas a comunidade precisa estar disposta a apoiar a causa, através de habilidades relacionadas ao uso das mesmas, e para tanto, os profissionais precisam conhecer a realidade que estão inseridos a saber: conhecimentos prévios dos usuários sobre posologia, via de administração, parte da planta usada, etc; doenças prevalentes na população e medicações utilizadas para evitar possíveis interações com os compostos vegetais; cultivo adequado das plantas; dificuldades de manejo, entre outros (CEOLIN et al., 2017; SOUZA et al., 2016; SZERWIESKI et al., 2017).

Piriz et al. (2019), elucidou essa questão quando em seu estudo, os participantes citaram cerca de 91 espécies de plantas medicinais, geralmente compartilhadas entre as famílias residentes sem qualquer avaliação prévia de situação de risco, através de partilha dos preparados e de mudas de plantas entre os moradores da comunidade, sendo o profissional de enfermagem peça chave para ter uma visão holística dos mesmos e se atentar à estas particularidades, levando informação científica considerando tais aspectos para promover saúde à sociedade em questão.

Outro fator importante nesse sentido é a faixa etária que faz consumo destes produtos, que, como citado anteriormente, existem grupos mais vulneráveis, por exemplo os idosos (MATTOS et al., 2018), mencionados na pesquisa de Szerwieski et al. (2017) com predomínio de mulheres idosas, com baixa escolaridade e com até um salário mínimo mensal, as quais demonstraram não possuir noções sobre efeitos colaterais de algumas espécies

vegetais, realçando a enfermagem como área atuante pretendendo romper a resistência cultural, por realizar um atendimento multidimensional, humanizado e integral.

É necessário salientar que o enfermeiro, por desempenhar diversas funções na APS (desde assistência, atividades administrativas, organização e liderança de equipe), além de demais atividades que, teoricamente, não deveriam ser responsabilidade do mesmo, mas acabam por ser, geram sobrecarga profissional, tornando dificultoso a disponibilidade de participação de formações, tal qual mencionado no trabalho de Rodrigues, Campos e Siqueira (2020), onde os entrevistados relataram não conseguir participar de cursos online ou presenciais ofertados pela Secretaria Municipal de Saúde pelo envolvimento direto na assistência.

Adicionalmente, é comum notar uma alta rotatividade de profissionais de enfermagem em muitos municípios, o que se torna prejudicial na perspectiva de assistência e gerência, uma vez que é desejável que o enfermeiro mantenha interação contínua com a comunidade a qual presta serviços, a fim de analisar as reais necessidades e buscar soluções efetivas no cuidado através da aplicação de políticas públicas (MATTOS et al., 2016).

Diante do exposto nos artigos encontrados, é possível observar a demanda por cursos de qualificação profissional e a carência dos mesmos no que cabe ao poder público disponibilizar estes. Ao realizar buscas nas mídias sociais encontra-se alguns cursos *on-line* (como o “Curso de Atualização em Fitoterapia: Harmonizando Conceitos” ofertado pela FioCruz Brasília), porém sem inscrições abertas ou que não atendem a procura, nem os artigos expuseram programas de qualificação para trabalhadores da saúde sobre plantas medicinais, sendo urgente a sua implementação.

No que concerne às limitações do estudo, observou-se a captação de poucos artigos acerca da temática, sendo necessária maiores estudos. Desta forma, sugere-se que mais pesquisas sejam feitas a respeito do uso de plantas medicinais na APS e a atuação do enfermeiro nessa rede de saúde, para que novos métodos de implementar as políticas públicas sejam viáveis e efetivas.

7 CONCLUSÃO

De acordo com os artigos selecionados nesse estudo, o uso de plantas medicinais é uma realidade amplamente observada na APS, tornando essencial a instrução suficiente para basear a prática profissional dos profissionais de saúde, em especial ao enfermeiro, o qual age ativamente nessa perspectiva da atenção básica, como contato inicial da comunidade, fonte de informações aos mesmos e promotor de saúde.

Para tanto, evidenciou-se que este processo passa por diversos obstáculos, sendo eles: falta de aprofundamento na área durante a graduação; ausência de educação permanente em saúde; falta de implementação de políticas públicas no que concerne ao uso racional de plantas medicinais; excessos no exercício das funções profissionais dos enfermeiros, tornando-os sobrecarregados; falta de apoio e resistência da população, especialmente aquela formada por indivíduos mal informados.

Desta forma, para que seja evitado riscos à saúde pode-se sugerir um conjunto de ações por todos que estão envolvidos no processo –profissionais, estado e população-, desde a ampliação da grade curricular dos cursos de graduação em Enfermagem, adicionando a disciplina de Fitoterapia como obrigatória, passando pela contínua formação dos profissionais e disponibilização de cursos de capacitação para os mesmos objetivando a identificação das lacunas existentes nos usuários da APS, além do apoio dos governos estaduais e municipais para implementação de políticas efetivas em saúde, chegando, por fim, à cooperação do corpo social.

REFERÊNCIAS

- ARGENTA, S.C. et al. Plantas medicinais: cultura popular versus ciência. **Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI**, v. 7, n.12, p. 51-60, 2011.
- BADKE, M.R. et al. Saberes e práticas populares de cuidado em saúde com o uso de plantas medicinais. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 21, n. 2, p.363-370, 2012.
- BALBINO, E.E.; DIAS, M.F. Farmacovigilância: um passo em direção ao uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, Curitiba, v. 20, n. 6, p. 992-1000, 2010.
- BARROS, M.I.C.S.; PINTO, I.C.B.L. Fitoterapia na estratégia de Saúde da Família: uma revisão à luz do papel do enfermeiro. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, vol. 8, n. 20, p. 1283-1293, 2021.
- BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 10, de 9 de março de 2010. Dispõe sobre a notificação de drogas vegetais junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 2010. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res0010_09_03_2010.html>.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **PNAB – Programa Nacional de Atenção Básica**. Brasília, 2012.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. Brasília, 2016.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. Brasília, 2006.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **PNPIC - Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS**. Brasília, 2ª ed. 2015.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Relação Nacional de Medicamentos Essenciais**. Brasília. 2022.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Portaria nº 223. **Diário Oficial**, 1975.
- CEOLIN, S. et al. Plantas medicinais e sua aplicabilidade na Atenção Primária à Saúde. **Revista de APS- Atenção Primária a Saúde**, vol. 20, n. 1, p. 81-88, 2017.
- COLET, C. F. et al. Análises das embalagens de plantas medicinais comercializadas em farmácias e drogarias do município de Ijuí/RS. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, Botucatu, v. 17, n. 2, p. 331-339, 2015.
- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). **RESOLUÇÃO COFEN Nº 581/2018**. Atualiza, no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, os procedimentos para Registro de Títulos de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu concedido a

Enfermeiros e aprova a lista das especialidades. Brasília: 2018. Disponível em http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-581-2018_64383.html

DIAS, W.A. et al. Interações Medicamentosas Provocadas pelo Chá Verde. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**, v. 1, n. 1, p.540-545, 2017.

ENIOUTINA, E.Y. et al. Phytotherapy as an alternative to conventional antimicrobials: combating microbial resistance. **Expert Review of Clinical Pharmacology**, vol. 10, n. 11, p. 1203-1214, 2017.

FIRMO, W.C.A. et al. Contexto histórico, uso popular e concepção científica sobre plantas medicinais. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 18, n. especial, p. 90-95, 2011.

GOÉS, A.C.C.; SILVA, L.S.L.; CASTRO, N.J.C. Uso de plantas medicinais e fitoterápicos: saberes e atos na Atenção Primária à Saúde. **Revista de Atenção à Saúde**, São Caetano do Sul, vol. 17, n. 59, p. 53-6, 2019.

GUIMARÃES, L.L. et al. Análise fitoquímica de plantas medicinais indicadas popularmente na forma de garrafadas para o tratamento de úlcera gástrica. **Unisanta Health Science**, v. 1, n. 1, p. 88-97, 2017.

HARAGUCHI, L.M.M. et al. Impacto da capacitação de profissionais da rede pública de saúde de São Paulo na prática da fitoterapia. **Revista Brasileira de Educação Médica**, vol. 44, n. 1, 2020.

MACHADO, H.L. et al. Research and extension activities in herbal medicine developed by Rede FitoCerrado: rational use of medicinal plants by the elderly in Uberlândia-MG. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, Botucatu, v. 16, n. 3, p. 527-533, 2014.

MATTOS, G. et al. Plantas medicinais e fitoterápicos na Atenção Primária em Saúde: percepção dos profissionais. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 23, n. 11, p. 3735-3744, 2018.

MENDES, K.D.; SILVEIRA, R.C.; GALVÃO, C.M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 758-64, 2008.

MONTEIRO, S.C.; BRANDELLI, C.L.C. **FARMACOBOTÂNICA: Aspectos Teóricos e Aplicação**. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed Editora; 2017.

NERY, D.R.; BATISTA, L.B.B.; SILVEIRA E SILVA, J.M. A fitoterapia e o enfermeiro no âmbito da atenção primária à saúde. **Brazilian Journal of Health Review**, vol. 4, n. 5, p. 18718-18733, 2021.

OMS. Bulletin of the World Health Organization. **Regulatory situation of herbal medicines**. A worldwide review, Geneva, 1998.

PASSOS, K.S. Atuação do Enfermeiro frente à utilização de Fitoterápicos no tratamento de queimaduras, uma revisão integrativa. **International Nursing Congress**, 2017.

- PEDROSO, R.S.; ANDRADE, G.; PIRES, R.H. Plantas medicinais: uma abordagem sobre o uso seguro e racional. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, 2021.
- PIRIZ, M.A. et al. Autoatenção em saúde rural: perspectivas de cuidado por mulheres agricultoras. **Ciência, Cuidado e Saúde**, vol. 18, n. 2, 2019.
- RODRIGUES, H.G. et al. Efeito embriotóxico, teratogênico e abortivo de plantas medicinais. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, Botucatu, v. 13, n. 3, p. 359-366, 2011.
- RODRIGUES, M.L.; CAMPOS, C.E.A.; SIQUEIRA, B.A. A fitoterapia na Atenção Primária à Saúde segundo os profissionais de saúde do Rio de Janeiro e do Programa Mais Médicos. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, Brasília, vol. 9, n. 4, 2020.
- SANTOS, V.P.; TRINDADE, L.M.P. A enfermagem no uso das plantas medicinais e da fitoterapia com ênfase na saúde pública. **Revista Científica FacMais**, vol. 8, n. 1, 2017.
- SOARES, D.P. et al. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde: discurso dos enfermeiros da atenção básica. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, vol. 9, 2019.
- SOUSA, D.G. A importância das Práticas Integrativas e Complementares no âmbito do Sistema Único de Saúde. **Journal of Multiprofessional Health Research**, vol. 2, 2021.
- SOUZA, A.D.Z. et al. O processo de trabalho dos enfermeiros da Atenção Primária e a Política Nacional de Plantas Mediciniais/Fitoterápicos. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, Campinas, vol.18, n.2, p.480-487, 2016.
- SOUZA-MOREIRA, T.M.; SALGADO, H.R.N.; PIETRO, R.C.L.R. O Brasil no contexto de controle de qualidade de plantas medicinais. **Revista Brasileira de farmacognosia**, Curitiba, v. 20, n. 3, p. 435-440, 2010.
- SZERWIESKI, L.L.D. et al. Uso de plantas medicinais por idosos da atenção primária. **Revista Eletrônica de Enfermagem** [Internet], vol. 19, n. 4, 2017.
- ZENI, A.L.B.; BOSIO, F. O uso de plantas medicinais em uma comunidade rural de Mata Atlântica- Nova Rússia, SC. **Neotropical Biology and Conservation**, v. 6, n. 1, p. 55-63, 2011.



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA “JOSÉ ALBANO DE MACEDO”

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
- () Dissertação
- (X) Monografia
- () Artigo

Eu, Luis Augusto Damasceno Batista, autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação O profissional de enfermagem como elo entre o uso de preparações medicinais tradicionais e a atenção primária em saúde: uma revisão integrativa minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI, 25 de outubro de 2022.

A assinatura manuscrita de Luis Augusto Damasceno Batista, escrita em tinta azul, sobre uma linha horizontal.

Assinatura